

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

ETP-DIVTRANS - 52026

Código de validação: 06B64B9089

Diretoria Administrativa
Divisão de Transportes do TJMA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade e a viabilidade da contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

A decisão na escolha por este modelo de contratação considerou as vantagens decorrentes da melhoria da gestão das despesas com a frota de veículos. Haverá redução de custos que envolvam abastecimento e manutenção de veículos, bem como o adequado controle da frota por meio de relatórios gerenciais. Haverá, ainda, a possibilidade de definir parâmetros de utilização e restrições diferenciadas relacionadas aos veículos e usuários.

Trata-se de uma alternativa amplamente utilizada no mercado para a aquisição indireta de combustível, óleos e lubrificantes, serviços de lavagem, mecânica geral dentre outros produtos/serviços prestados por postos, oficinas e concessionárias autorizados. Os sistemas de gerenciamentos propiciarão à Administração a disponibilidade de empresas credenciadas sob várias bandeiras. O usuário e gestor da frota escolherá dentre as empresas credenciadas as que possuam o menor preço unitário praticado da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

venda de combustível, em conformidade com os mecanismos contratuais.

Para o estabelecimento do número mínimo de postos, oficinas e concessionárias credenciadas a ser exigido da Contratada, fez-se uma análise das demandas do Tribunal de Justiça do Maranhão com relação ao consumo, trajetos e frequências de deslocamentos. Ademais, com relação ao estabelecimento de áreas/raios, aproveitou-se as oportunidades e vantagens oferecidas pelas demais regiões da cidade para qual a frota se desloca frequentemente.

Os relatórios gerenciais e dados da frota resultantes da prestação de serviços deverão fornecer à Administração as informações necessárias para a tomada de decisão no âmbito da gestão da frota, em relação ao desempenho, frequência de manutenção preventiva e corretiva dos veículos. O sistema de abastecimento deverá, ainda, identificar as tentativas de eventuais desvios de combustível e da utilização inadequada dos recursos destinados a este objeto.

Os resultados da implantação dos sistemas de gerenciamentos poderá otimizar a utilização de parâmetro com preços limite nos cartões. Adotando-se, para tanto, os preços médios estabelecidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo para os diversos tipos de combustíveis.

A presente contratação tem por objetivo, ainda, proporcionar ao Poder Judiciário do Maranhão, adequações a práticas de sustentabilidade que estejam compatíveis com as determinações do CONAMA. Objetivando a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em cumprimento ao previsto na Constituição Federal no art. 225, na Lei nº 14.133/2021, e Resolução CNJ 400/21.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A contratação alinha-se aos Macrodesafios do Poder Judiciário do Estado do Maranhão para o interstício 2024-2026 no que tange ao APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

No presente caso, a modalidade de licitação e o pregão, bem como as exigências de habilitação devem seguir o disposto na Lei no 14.133/2021. As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).

A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço mensal, por item**, indicado neste Termo de Referência. A análise da proposta será realizada de acordo com os critérios estabelecidos neste capítulo, e a adjudicação pelo **menor preço mensal, por item**.

Será admitida a taxa de administração negativa/menor que zero (equivalente ao desconto sobre o valor consumido). O percentual negativo refletirá sobre o faturamento, representando o desconto sobre os serviços. A **taxa de administração ou de desconto**, oferecida na proposta vencedora, será fixa durante toda a vigência contratual.

Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, inciso XIII.

Os serviços que se busca contratar envolve a implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão de frota por meio de cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética, a fim de viabilizar o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis e lubrificantes junto à rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de álcool (etanol) comum, gasolina comum, diesel (biodiesel), Diesel-S10, óleo, lubrificantes e derivados.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. Os preços dos combustíveis terão os valores aferidos por litro, considerando a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

pesquisa realizada com base na média de preços praticados nos municípios do Estado do Maranhão, mês a mês, disponibilizado no endereço eletrônico: www.anp.gov.br da ANP – Agência Nacional de Petróleo para os diversos tipos de combustíveis, ficando os serviços, para fins de licitação, estimados nos termos da tabela abaixo:

ITEM 1

Combustível (QUANTIDADE ESPECÍFICA POR TIPO DE COMBUSTÍVEL A SER CONTRATADO)	Volume Total Estimado(L) (QUANTIDADE ESPECÍFICA POR LITROS DE COMBUSTÍVEL A SER CONTRATADO)	Preço Unitário (R\$)	Valor Mensal Contratação Inicial	Valor Anual Total da ARP	Estimativa de Contratação Inicial Anual
Gasolina Comum	230.000	R\$ 6,00	R\$ 115.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.380.000,00
Álcool Comum	111.900	R\$ 5,00	R\$ 46.625,00	R\$ 800.000,00	R\$ 559.500,00
Óleo Diesel	277.000	R\$ 6,18	R\$ 142.655,00	R\$ 1.854.000,00	R\$ 1.711.860,00
TOTAL:			R\$ 304.280,00	R\$ 4.154.000,00	R\$ 3.651.360,00
Taxa de Administração Máxima (1,33%)			R\$ 4.046,92	R\$ 55.248,00	R\$ 48.563,09
VALOR TOTAL:			R\$ 308.326,92	R\$ 4.209.248,00	R\$ 3.699.923,09



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

4.1.1 Memória de Cálculo – Combustíveis (Item 1):

O valor total máximo estimado para o Item 1 (Combustíveis, óleos, lubrificantes e derivados) é de **R\$ 308.326,92 mensais** (Valor Base, sem considerar a taxa de administração/desconto).

Memória de Cálculo Específica (Gasolina Comum) a exemplificar:

Tipo de Combustível	Volume Total Estimado (Anual)	Preço Unitário Estimado (R\$)	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
Gasolina Comum	230.000 Litros	R\$ 6,00	R\$ 115.000	R\$ 1.380.000,00

Cálculo da Estimativa Anual: O valor anual estimado para a Gasolina Comum é o resultado da multiplicação do volume total anual pelo preço unitário: **230.000 L x R\$ 6,00/L = R\$ 1.380.000,00** O valor mensal é a divisão do valor anual por 12: **R\$ 1.380.000,00 / 12 = R\$ 115.000,00.**

4.2 Os valores a serem pagos a CONTRATADA serão aqueles constantes da bomba para pagamento à vista na data do abastecimento, não podendo, todavia, ultrapassar os valores disponibilizados no endereço eletrônico www.anp.gov.br da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

4.3 Caso o preço do combustível praticado na rede credenciada esteja acima do preço médio cotado pela ANP, a contratada **deverá obrigatoriamente credenciar novos postos de combustíveis**, num prazo razoável, a ser acordado pela gestão do Contrato e a empresa Contratada de modo que o preço da rede credenciada seja reduzido, no máximo, ao mesmo patamar do preço médio cotado pela ANP. Conforme orientação Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 150/2019 – Plenário.

4.4 Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mecânica geral, lanternagem, serviços de lavagens, fornecimento de peças e acessórios para veículos, dentre outros, são estimados os valores abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

ITEM 2

Serviço de Manutenção	Valor Mensal Contratação Inicial	Valor Anual Total da ARP	Estimativa de Contratação Inicial (Anual)
Gerenciamento de 250 veículos	R\$ 141.608,68	R\$ 2.583.915,00	R\$ 1.699.304,10
Habilitação Técnica (50%)	—	—	R\$ 849.652,05

4.4.1 Memória de Cálculo – Serviços de Manutenção (Item 2):

O serviço de manutenção preventiva e corretiva inclui fornecimento de materiais como troca de óleo, alinhamento, balanceamento, conserto de pneus, higienização e conserto de veículos **não se aplica aos veículos locados.**

Estimativa de Contratação para Manutenção:

Descrição	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
Manutenção (250 veículos)	R\$ 141.608,68	R\$ 1.699.304,10

Cálculo da Estimativa Anual: O valor anual de manutenção é o resultado do valor mensal multiplicado por 12: **R\$ 212.500,00 x 12 = R\$ 2.550.000,00.**

4.5. AS CONTRATADAS deverão atender ao abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de 250 (duzentos e cinquenta) veículos, considerando os valores descritos:

Serviço	Frota	Valor Anual da ARP	Taxa (1,33%)	Valor Anual Total da ARP	Estimativa de Contratação Inicial -
---------	-------	--------------------	--------------	--------------------------	-------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

				+Taxa.	Anual
Abastecimento	250	R\$ 4.154.000,00	R\$ 55.248,00	R\$ 4.209.248,00	R\$ 3.699.923,09
Manutenção	250	R\$ 2.550.000,00	R\$ 33.915,00	R\$ 2.583.915,00	R\$ 1.699.304,10

4.6. No percentual da taxa de administração deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado. Não será admitido a cobrança qualquer outra verba ou valor na fatura mensal que não seja referente aos combustíveis, lubrificantes ou serviços de manutenção efetivamente prestados.

4.7. O Sistema de Gerenciamento de Abastecimento deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter redução do preço de bomba dos combustíveis nas áreas preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.

4.8. O Sistema de Gerenciamento ofertado pela empresa deverá permitir o registro da negociação de preços junto às oficinas da rede credenciada, possibilitando a cotação de preços dos serviços em mais de uma oficina, inclusive em oficina de localidade distinta da lotação do veículo, visando se realizar a manutenção na oficina da rede credenciada que se mostrar mais vantajosa.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Análise das Alternativas Possíveis

O levantamento de mercado e a análise das alternativas buscam identificar a solução mais vantajosa para a Administração Pública, que combine eficiência operacional, controle gerencial e economia de custos.

Foram consideradas três alternativas principais para a gestão da frota:

5.1.1. Alternativa 1: Gestão Própria (Meios Internos e Contratos Diretos)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Descrição	Vantagens	Desvantagens e Riscos
Abastecimento: Realizado por meio de convênios diretos ou notas de empenho por posto, com controle manual ou em planilhas.	Maior autonomia na escolha pontual de fornecedores.	Alto risco de fraude, falta de controle gerencial em tempo real, sobrecarga de trabalho do servidor (emissão de NFs, conferência de hodômetros, etc.), e ineficiência na negociação de preços.
Manutenção: Contratações diretas por serviço/peça ou licitações específicas para cada tipo de serviço (funilaria, mecânica, pneus).	Não há custo de intermediação.	Ineficiência administrativa, dispersão de contratos, dificuldade na fiscalização da qualidade e garantia dos serviços, e ausência de histórico consolidado por veículo.

5.1.2. Alternativa 2: Terceirização Parcial (Contratos Separados)

Descrição	Vantagens	Desvantagens e Riscos
Abastecimento: Contratação de empresa de cartão-combustível (gestão terceirizada).	Maior controle de consumo, restrições programáveis (tipo de combustível, valor, horário), e relatórios gerenciais.	O contrato separado não integra a manutenção, limitando a visão total dos custos da frota (Custo Total de Propriedade - TCO).
Manutenção: Contratos licitados para grupos específicos de oficinas/serviços.	Redução da carga administrativa interna para manutenção.	Perda de potencial de economia de escala ao não vincular o serviço de manutenção à rede de fornecedores de uma gestora especializada. Pode haver conflito de dados de manutenção com o sistema de abastecimento.

5.1.3. Alternativa 3: Terceirização Completa e Integrada (Modelo Escolhido)

Descrição	Vantagens	Desvantagens e Riscos
Solução: Contratação de empresa única e especializada para gestão de Abastecimento e Manutenção por meio de um sistema	Máxima eficiência e controle. Centralização de dados, relatórios gerenciais unificados (TCO), maior poder de negociação de preços de combustíveis e serviços, redução de fraude, e transferência	Custo de uma taxa de administração (se houver) e dependência de um único sistema/fornecedor para a fiscalização. (Riscos minimizados pelo processo licitatório e exigências contratuais).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

informatizado e de responsabilidade
integrado. operacional para a
Contratada.

5.2. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

A alternativa selecionada é a **Terceirização Completa e Integrada (Alternativa 3)**, por meio da contratação de uma empresa especializada para prestar os serviços de gestão de abastecimento e manutenção de forma conjunta.

5.2.1. Justificativa Técnica

A escolha deste modelo está fundamentada na busca pela **otimização da gestão e controle** da frota, conforme os seguintes pontos:

1. **Centralização e Rastreabilidade:** A contratação de um único sistema permite a coleta de dados de consumo e de manutenção em uma plataforma integrada, possibilitando ao TJMA calcular o **Custo Total de Propriedade (TCO)** por veículo, identificar veículos antieconômicos e planejar a renovação da frota com base em dados concretos.
2. **Controle de Fraudes:** O sistema informatizado permite o monitoramento em tempo real, a aplicação de regras rígidas de uso (limite de preço de bomba, tipo de serviço, quilometragem) e o bloqueio imediato de transações suspeitas, o que é inviável na gestão própria.
3. **Maior Rede de Atendimento:** O modelo terceirizado garante o acesso a uma ampla rede credenciada de postos e oficinas em todo o estado do Maranhão e rotas de deslocamento, atendendo às necessidades do Tribunal de Justiça em suas diversas Comarcas, o que seria complexo de ser mantido pelo TJMA diretamente.

5.2.2. Justificativa Econômica

A solução integrada demonstra ser a mais vantajosa economicamente, pois possibilita a **economia de escala** e a **redução efetiva de custos** a longo prazo:



1. Redução de Custos Indiretos (Economia de Escala):

- **Custo de Pessoal:** A gestão terceirizada reduz a necessidade de alocar servidores para tarefas administrativas rotineiras, como conferência de notas fiscais, controle manual de consumo e pagamentos a múltiplos fornecedores.
- **Poder de Compra:** A gestora contratada, por deter um grande volume de transações em nível nacional/regional, tem maior poder para negociar preços com a rede credenciada de postos, resultando em preços de abastecimento e serviços de manutenção **inferiores** aos que o TJMA obteria em contratos diretos.

2. Redução de Custos Diretos (Taxa de Administração Negativa):

- O Pregão Eletrônico, na forma de **Menor Preço**, permite que as licitantes ofereçam uma **Taxa de Administração (TA) negativa** (desconto). A TA negativa se traduz em um percentual de desconto concedido sobre o valor total dos combustíveis e serviços consumidos, representando uma economia imediata e direta para o TJMA.

3. Prevenção de Perdas:

O controle rigoroso do sistema (limite de preço ANP, limites de litros, restrição de uso) minimiza o desperdício, o mau uso e a fraude, garantindo que os recursos sejam utilizados estritamente para o desempenho das atividades institucionais.

A contratação conjunta e integrada de empresa especializada para a gestão de abastecimento e manutenção é a alternativa que melhor atende ao interesse público, pois combina a eficiência técnica de um sistema gerencial unificado com a economia de escala e o maior poder de negociações inerentes a este modelo de mercado, superando as limitações e os altos riscos da gestão própria ou da terceirização parcial.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preços será realizada pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, conforme pesquisa de mercado realizada junto a sites de empresas especializadas no ramo e posterior enquadramento dos valores. Informa-se que há uma expectativa de



valor no item 4 das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Busca-se também a contratação a implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão na manutenção preventiva e corretiva de veículos, oficinas. Incluindo-se serviços de lavagem e mecânica geral com fornecimento de peças e acessórios.

8. DO PARCELAMENTO

Entretanto na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto que por se tratar de sistemas informatizados e integrados de gestão na manutenção preventiva e corretiva de veículos

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Trata-se de uma alternativa amplamente utilizada no mercado para a aquisição indireta de combustível, óleos e lubrificantes, serviços de lavagem, mecânica geral dentre outros produtos/serviços prestados por postos, oficinas e concessionárias autorizados. Os sistemas de gerenciamentos propiciarão à Administração a disponibilidade de empresas credenciadas sob várias bandeiras.

O usuário e gestor da frota escolherá dentre as empresas credenciadas as que possuam o menor preço unitário praticado da venda de combustível, em conformidade com os mecanismos contratuais. Seguem resultados, conforme já especificado no item 5:

- Garantir a eficiência administrativa e a transparência no uso da frota oficial.
- Promover a preservação do patrimônio público mediante manutenções preventivas regulares.
- Reduzir custos com reparos emergenciais e desperdícios de combustível.
- Disponibilizar relatórios gerenciais e indicadores para acompanhamento pela Administração.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

- Cumprir os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra ser necessário a tomada de providências quanto a alterações/reformas na estrutura física do órgão, visto que há, no ambiente do TJMA, pátio para estacionamento de veículos seguindo normais ambientais e de segurança.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. Informamos que os carros elétricos locados, objetos de um item da presente contratação, não necessariamente necessitam de sistema de captação de energia solar para sua implantação.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E DEMANDA PCA

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão mostram-se possíveis tecnicamente e fundamentadamente necessárias. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Há revisão da contratação no plano de contratações anual conforme as demandas abaixo descritas:

DEMANDAS PCA 2026:

- a) **ABASTECIMENTO**: 2026DE00136;
- b) **MANUTENÇÃO**: 2026DE00137.



13. MODALIDADE DE LICITAÇÃO ADEQUADA AO OBJETO

Assim, considerando que se trata de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, sugerimos licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.024/2019.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços, com fulcro no **Art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, justifica-se pela natureza dos serviços e pela dinâmica institucional atual do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), conforme os fundamentos abaixo:

a. Expansão Institucional e Aumento da Frota: O TJMA passa por um processo de expansão significativa, que inclui o aumento do número de Desembargadores e a criação de novos núcleos de trabalho e setores administrativos. Esse crescimento impacta diretamente a frota oficial, exigindo uma solução de abastecimento e manutenção que comporte o ingresso gradual de novos veículos sem a necessidade de novos processos licitatórios a cada aquisição.

b. Cumprimento de Metas e Determinações do CNJ: A implementação de novas demandas e políticas judiciárias determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem gerado um incremento substancial nas atividades finalísticas. O aumento de diligências, itinerâncias e fiscalizações resulta em maior circulação dos veículos, elevando o consumo de combustíveis e a necessidade de manutenções preventivas e corretivas de forma não linear.

c. Imprevisibilidade do Consumo e Variabilidade de Gastos: Pela natureza do serviço de gestão de frotas, não é possível determinar com exatidão o quantitativo fixo a ser utilizado mensalmente. O Sistema de Registro de Preços é o modelo ideal, pois permite à Administração convocar a prestadora apenas conforme a necessidade real, garantindo que o Tribunal não fique adstrito a uma obrigação de compra rígida, mas tenha à disposição um **saldo de ata** para suportar picos de demanda.

d. Eficiência Administrativa e Orçamentária: A utilização da Ata de Registro de Preços está estritamente vinculada à **existência de dotação orçamentária** no momento da contratação. Isso confere ao TJMA maior segurança fiscal, permitindo o



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

planejamento de longo prazo (vigência da Ata) com execuções financeiras baseadas na disponibilidade de recursos de cada exercício, evitando o desperdício e garantindo a continuidade dos serviços essenciais.

e. Capilaridade e Escalabilidade: Diante da instalação de novas unidades e núcleos em diferentes regiões do Estado, o SRP permite que o Tribunal mantenha a uniformidade na gestão do abastecimento e manutenção, garantindo que novas demandas sejam atendidas imediatamente pela rede credenciada da contratada, mantendo o fluxo operacional das comarcas e unidades administrativas.

Diante da necessidade de atendimento a um consumo estimado e frequente, bem como da impossibilidade de definição prévia do cronograma exato de utilização em face das expansões citadas, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a ferramenta mais adequada para garantir a eficiência, a economicidade e a agilidade administrativa do TJMA.

14. INÍCIO DO FORNECIMENTO

A CONTRATADA deverá implantar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, os serviços de administração e gerenciamento do abastecimento de combustíveis e os serviços de administração e gerenciamento manutenção da frota.

Neste prazo deverá ser providenciado a instalação do sistema informatizado, o treinamento dos usuários, de acordo com o perfil adequado, o fornecimento dos cartões eletrônicos para cada veículo, sem custo adicional para o Tribunal, e a habilitação dos motoristas e condutores.

15. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Todos os veículos locados fornecidos pela contratada deverão estar de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, no que se aplicar. O contratante exigirá a empresa contratada que adote as seguintes práticas de sustentabilidade na execução contratual:

Dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

manutenção, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 416, de 30.09.2009.

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação dos veículos locados.

A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos, na apresentação da proposta.

Os veículos automotores locados ofertados deverão atender aos limites máximos de ruídos, fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata; bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e complementações e alterações supervenientes. O contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

JANUARIO DINIZ SILVA
Chefe de Divisão de Transportes
Divisão de Transportes
Matrícula 224691

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/06/2026 11:37 (JANUARIO DINIZ SILVA)



ETP-DIVTRANS - 52026 / Código: 06B64B9089
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente